

2007/01/18

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (I PARTE)[1]

João Brandão Ferreira

No fim do século XI e início do século XII a Europa cristã estava em vias de ser submersa pelos seus vizinhos: a leste e nordeste por eslavos hostis e pelas hordas de tártaros e mongóis; a sudoeste pelos Turcos e a sul e sudoeste pelos Árabes, cujo império se expandiu para ocidente até ao sul de França, onde foi parado, em 732, por Carlos Martel, na batalha de Poitiers. O Mediterrâneo era um mar inseguro e o Atlântico conhecia apenas a navegação costeira e as suas virtualidades estratégicas eram reduzidas.



É então que surge um plano que se julga concebido no coração da Europa, na Ordem de Cluny e, nomeadamente, por S. Bernardo, abade do mosteiro de Claraval, em França, e que se destinava a modificar a situação estratégica existente, abandonando-se uma postura defensiva e optando-se por uma outra, ofensiva. O plano consistia de três partes: atacar o coração do Islão, não propriamente Meca e Medina, pois encontravam-se longe da costa mediterrânica e eram de difícil acesso por via do deserto envolvente, mas Jerusalém, cidade santa e emblemática das três principais religiões da altura: a cristã, a judaica e a islâmica. Daqui nasceram as Cruzadas, cuja primeira foi pregada pelo papa Urbano II, no concílio de Clermont Ferrant, em Novembro de 1095. Desta cidade partiria, em Agosto do ano seguinte, um exército que se juntou ao rei Godofredo de Bulhão à frente das suas tropas, no sul da Bélgica. Seguindo um trajecto o mais directo possível propunha-se recuperar os lugares santos. Jerusalém foi, efectivamente, tomada em 1099.

Esta pressão, no centro, poderia ainda aliviar as duas pontas da «tenaz» que envolvia a Europa. A Este, seguir-se-ia uma estratégia de contenção e evangelização e, na Península Ibérica, onde a reconquista Cristã já se iniciara desde os tempos de Pelágio e de Covadonga, no século IX, essa reconquista seria incentivada. Constituiria a «cruzada» do Ocidente. Como trave mestra de todo este plano foram criadas as ordens militares religiosas, com o propósito de defender a Fé cristã, garantir a segurança das populações e dos peregrinos, e de constituírem um núcleo duro de guerreiros.

Cumulativamente, tinham ainda um papel importante na organização da vida comunitária. Na Palestina, distinguiram-se sobretudo os Templários e os Hospitalários; no Leste, a Ordem Teutónica, e, na Península, os Templários, Hospitalários, Calatrava, Montesa, Alcântara e Santiago. Em Portugal foram importantes as Ordens de Avis, Santiago de Espada e, sobretudo, a Ordem de Cristo, herdeira, a partir de 1319, da Ordem do Templo.

A reconquista só terminou na Península Ibérica, em 1492, com a conquista de Granada. As Cruzadas, de que se realizaram oito no total, acabaram por fracassar, e os últimos cristãos – por sinal cavaleiros templários – foram expulsos de S. João de Acre, em 1291. No Leste, a fronteira não era estável e fluía constantemente no território que é hoje a Polónia. A cristianização do ducado da Moscóvia deu-se segundo o rito cristão ortodoxo, mas as ambições territoriais falaram mais alto do que eventuais alianças de fé.

A hegemonia árabe, a sul, vai ser gradualmente substituída e, ou absorvida pelo Império Otomano, em expansão. Em 1453, cai Constantinopla, e toda a zona dos Balcãs passa a estar sob domínio turco. Em 1415, os Portugueses passaram a Marrocos e iniciaram a descoberta da costa africana e a exploração do Atlântico central. Pelo fim do século, a importância do Atlântico aumentou substancialmente, retirando a primazia ao Mediterrâneo onde, sobretudo na sua parte oriental, pontificavam os Turcos e as Repúblicas Italianas.

Portugal tinha, entretanto, atingido a Índia, o Brasil e posto em contacto todas as partes da Terra. Pela primeira vez na sua existência, os habitantes do Globo tinham uma visão planetária. A implantação do império português no Índico, firmado pelo grande Albuquerque, arruinou o comércio tradicional dos Turcos das repúblicas italianas e permitiu uma manobra de estratégia indirecta ao atacar o Império Otomano pelas costas e em vários locais.

A ameaça turca foi, aliás, um dos motivos pelo qual D. Sebastião decidiu reactivar o teatro de operações norte-africano. Pela mesma razão, o nosso rei D. João V enviou a armada portuguesa para o Mediterrâneo, o que terminou no sucesso de Matapão. Os Turcos foram derrotados às portas de Viena e no Mediterrâneo, e as suas dissensões internas fizeram recuar o seu império, cujas

fronteiras ficaram praticamente reduzidas ao que são hoje, após a sua derrota como aliados dos impérios centrais, no fim da Primeira Grande Guerra. Os árabes nunca se recompuseram do domínio turco e das divisões entre facções.

Esta fraqueza aproveitou às principais potências coloniais europeias que, pouco a pouco, e durante todo o século XIX, os foram colonizando, sucessivamente. A leste, as coisas foram de igual modo complicadas. A Suécia constituiu-se em potência regional nos séculos XVII e XVIII, rivalizando com a Rússia, a Prússia e alguns estados alemães, no domínio do Báltico. Os polacos sofreram as inclemências de serem um elo fraco no meio de vizinhos fortes e do seu território constituir uma espécie de corredor por onde convergiam as invasões. Pedro, o Grande, czar da Rússia, fez entrar este país na idade moderna e traçou as grandes linhas de acção política e estratégica, que não mais deixaram de ser seguidas. Na sua tentativa de atingir os mares quentes a sul, entraram em conflito com os turcos, persas e outros povos da região, e ainda com ingleses e franceses quando os interesses geoestratégicos destes países atingiram aquelas bandas.

A expansão dos impérios coloniais europeus espalhou a Europa um pouco por todo o mundo. O desenvolvimento provocado pela Revolução Industrial e pelo aumento do comércio internacional, ao mesmo tempo que ampliava os proventos e o poder europeu, aumentou a necessidade de garantir mercados e matérias primas. Isto é, colocou as fronteiras dos interesses mais longe, multiplicou a necessidade de meios e criou vulnerabilidades.

A Primeira Guerra Mundial, iniciada numa zona de fractura política que ainda se mantém, de tão mal conduzida que foi, acabou num armistício que provou ser apenas um interregno até à confrontação mundial seguinte. Contribuiu, ainda para a vitória dos bolcheviques na Rússia, o que viria a ter um impacto a nível mundial. É curioso que tendo a Primeira Guerra ajudado a implantar o comunismo, foi a Segunda Guerra que o ajudou a salvar-se e a guindá-lo a doutrina, que foi suporte de uma superpotência, e o «perturbador» mundial durante cinco décadas.

Seguiram-se 50 anos de «guerra-fria». O Ocidente uniu-se, militarmente, juntando as duas margens do Atlântico numa aliança de sucesso. A descolonização, uma das consequências de Yalta, da exportação do comunismo, da avidez capitalista por mercados, da ingenuidade e preconceitos americanos e da confrontação leste-oeste, em cenários de estratégia indirecta, levaram ao abandono de quase todos os territórios ultramarinos dominados pelos europeus. Deste modo, os países da orla sul-mediterrânica e do Médio-Oriente foram obtendo a sua independência.

Veio a ano de 1989 e, na sequência da Perestroika e das forças que libertou, caiu o muro de Berlim, pôs-se uma pedra na guerra-fria e viveram-se momentos de euforia. Fogazes, porém. Mesmo assim, o Ocidente, de um modo geral, achou que deixou de ter inimigo, reduziu os orçamentos de defesa, encerrou instalações militares e começou a mandar os soldados para casa...

Caído o mundo bipolar, caracterizado pelo confronto dos dois pólos mais fortes do Poder os EUA e a URSS, por via do desmembramento deste último (através da história ainda mal contada da “Perestroika” e da “Glasnost”), ficaram os EUA como única potência capaz de uma intervenção a nível mundial. Aproveitando, ainda, as preocupações da China com o seu desenvolvimento económico e com a solução do imbróglio político interno e o seu menor interesse na região, os EUA conduziram à guerra do Golfo sob os auspícios da ONU, na única altura em que os seus interesses vitais foram postos em xeque. Aliás, o aproveitamento da ONU por parte dos americanos que, recorde-se, nunca põem tropas suas debaixo do comando daquela organização, passou a ser uma constante. Aparentemente a ONU transformou-se de fórum privilegiado de propaganda comunista e terceiro mundista em instrumento dócil da política externa americana. Aquela organização autorizou mais operações em meia dúzia de anos do que em todos os restantes que leva de existência!

Após a guerra do Golfo e do fim da administração Bush, os EUA entraram novamente em conflito consigo próprios: entre o intervencionismo e o isolacionismo. O que é cíclico. Sobrevieram, entretanto, duas grandes preocupações a nível mundial: a economia e as operações, ditas de paz. A preocupação com a economia tem levado à tentativa de criação de três grandes áreas em que se tenta uma convergência das políticas económicas e de mercado: a associação dos EUA, Canadá e México; a Europa Ocidental e o Extremo Oriente, onde pontifica o Japão. Seguiu-se o Mercosul, que tenta agrupar os países latino americanos. A regulação do comércio a nível mundial tem sido tentada a nível do GATT. Finalmente os EUA, apoiados no G – 8 tentam a globalização da economia.

Os EUA/Canadá são, como provado pelas principais teses geopolíticas, aliados da Europa em termos de segurança e defesa, mas são concorrentes e, quiçá, adversários em tudo o mais. Por seu lado, o Japão e alguns países do Oriente em grande desenvolvimento, (Coreia, Singapura, Indonésia, Taiwan, etc.) põem em causa o domínio económico americano e, de alguns anos a esta parte, a própria permanência de base dos EUA nos seus territórios. A força económica do Japão faz-

se sentir na Europa. Pelo meio, ficam grandes manchas de pobreza e subdesenvolvimento: o Continente Africano, parte da América Central e do Sul e grandes áreas do Continente Asiático.

Para que estas operações fossem possíveis, mais uma vez se foram buscar os militares, que alguém importante já disse “não estarem preparados para as executarem (as missões de paz), mas estas não se poderem realizar sem eles”. Como convém dar um ar respeitável a estas operações, procura-se sempre o acordo do Conselho de Segurança da ONU – a fonte de Direito Internacional! Quando a operação é mais complicada e a ONU não tem meios para a controlar – como é o caso do conflito na ex-Jugoslávia, arranja-se um intermediário, neste caso a OTAN. E nem sequer foi preciso rever a questão do artº V, da carta daquela organização.

Em termos políticos globais passaram-se coisas curiosas. A saber: enquanto que nos países mais evoluídos há uma tendência para a associação e eventuais esquemas federalistas, em países mais pobres há um recrudescimento de nacionalismos e de afirmação de soberania; enquanto que nos países mais desenvolvidos se ensaiaram opções autonomistas e regionalistas, persistem nesses mesmos países, pressões seccionistas (Irlanda do Norte, País Basco, Córsega, etc.); enquanto que, no chamado mundo ocidental, o regime político de democracia parlamentar, herdeiro da Revolução Francesa, começa a dar sinais de cansaço, esse mesmo sistema é exportado e tenta-se que seja imposto a povos e a estados cujas sociedades estão longe de estar maduras para o aplicar.

A Comunidade Económica Europeia deixou apenas de reflectir uma realidade económico-financeira e de mercado, para tentar voos mais altos. Evoluiu para Comunidade Europeia e tenta dar os primeiros passos na política de segurança e defesa comum. E está a tentar caminhar para a União Política. O futuro não é certo e sabe-se que há parceiros que terão mais a dizer que outros, como a última cimeira de Nice não deixou dúvidas a ninguém.

Em termos de sociedade, também houve mudanças, (e referimo-nos apenas ao Ocidente): observa-se uma massificação da educação, mas cada vez há menos gente culta, enquanto que se multiplicam os semianalfabetos; o indivíduo têm-se sobreposto a tudo o resto: à família, à corporação, à instituição, à Nação, ao Estado; as religiões “oficiais” são postas em causa, mas proliferam cada vez mais as seitas religiosas; a criminalidade tende a aumentar e as máfias e redes internacionais do crime multiplicam-se; a informação bombardeia tudo e todos, mas cada vez há mais dificuldade em estar informado. A liberdade de informação mistura-se com a liberdade de manipulação...

Por outro lado, o consumismo dita as suas leis e cada vez há menos tempo para o espiritual e para o profundo. A vida passa a correr e tudo é efémero, superficial e imediatista. A informática tende a dominar a vida de todos nós, e os hábitos vivenciais cada vez se afastam mais dos ciclos da própria natureza. É como se uma espécie de “Big Brother”, agora de cariz ocidental, tomasse conta de tudo...

Enfim, a Razão Grega, o Direito Romano e o Cristianismo, bases da civilização ocidental, foram postos em causa, de cima a baixo e nada de verdadeiramente sólido os substituiu.

E Portugal como se posiciona neste final de século e início de milénio? Tendo feito um corte quase radical com um passado de mais de cinco séculos, embrenhou-se numa espécie de caos político e social de cerca de ano e meio. Dez anos foram o tempo que levou a estabilizar. Este compasso de espera que se segue normalmente a uma grave crise nacional, como já aconteceu noutras épocas, serve, sobretudo, para se gerar um tempo de reflexão sobre quais as opções de fundo a fazer a seguir. Desta feita, a reflexão ficou restrita a uns poucos, mas a decisão de fundo foi tomada e lançámo-nos nos braços da Europa, como se nunca lá tivéssemos estado. Uma via de aproximação aos países de língua portuguesa veio a ser seguida mais tarde. Passou a existir um balançar entre uma opção e outra, com ganho evidente da primeira, mas a falta de poder efectivo não nos dá margem de manobra na Europa, enquanto que a escassez de meios e as indecisões fazem-nos perder sistematicamente as oportunidades africanas. Nenhuma outra alternativa foi assumida como hipótese.

Em termos de defesa nacional, aposta-se fortemente nas organizações internacionais de segurança, nomeadamente a OTAN e até há pouco tempo na UEO. Mas, sobretudo, em termos de dialéctica e menos em substância. A sociedade portuguesa aparece imbuída de direitos e menos em deveres, aspira ao bem-estar que todos prometem! Está ávida de poder gastar, mas pouco motivada para trabalhar e, sobretudo, para consumir apenas o equivalente ao que produz. Como estado-nação está confusa e sofre de alguma má consciência, por ainda não ter feito um exame de consciência para interiorizar tudo o que se passou num passado recente. Timor é a ferida mais dolorosa que não consegue sarar, e que um vídeo furtivo veio acirrar com quinze anos de atraso.

Nas grandes curvas da História, Portugal sempre teve que pagar um preço: por exemplo, quando se

deu a Restauração, tal facto pagou-se com a perda do que restava do Império do Oriente; para nos livrarmos das invasões francesas e suas sequelas, perdemos o Brasil; com o 25 de Abril, foi-se a África e, para estarmos na Comunidade Europeia, vamos, aparentemente, ter que destruir o nosso aparelho produtivo. A questão que se pode colocar é a de saber se ainda estamos em condições de fazer mais algum pagamento...

É fundamental que os portugueses voltem a acertar o passo, pela sua maneira de ser e estar, pela sua Missão, e deixem de tentar acertar pelos interesses alheios ou de ir na onda dos pregoeiros dos ventos da História...

Agora o cerco. Em primeiro lugar há o perigo de uma desacoplagem estratégica entre as margens do Atlântico Norte. Tal pode acontecer se ganhar o primado da economia em relação à estratégia, se houver um surto de isolacionismo nos EUA em relação ao velho continente, baseado na teoria de que se os europeus querem segurança, que a paguem. Ou se houver problemas internos graves nos EUA, como sejam um surto de racismo incontável; dificuldades económicas em resultado da concorrência do Extremo Oriente, por exemplo: se houver uma convulsão social no México ou a independência do Quebeque e a imprevisibilidade das consequências que tal acto acarretaria. Por enquanto os EUA pretendem manter na Europa um contingente de cerca de cem mil homens, tendo reorganizado toda a sua estrutura. Tudo aponta, porém, para que estes homens e estruturas estejam agora preparados não para actuar na Europa, mas para servir-se da sua posição no continente como trampolim para actuação em zonas adjacentes.

A Norte está a zona mais estável da Europa. As únicas ameaças possíveis são nucleares e de submarinos. A península de Kola continua a ter uma elevada concentração de meios militares. A ameaça está dormente, mas o risco não desapareceu.

A exploração de oportunidades ou virtualidades é quase inexistente dado os recursos e clima existentes nessa área não permitirem muitas alternativas. A Leste e a Sul a situação é mais complexa. Ambas as zonas são de grande risco e altamente instáveis. Porém, de características diferentes. No Leste temos que considerar duas áreas. Uma, tem a ver com a situação da Rússia que continua a aspirar ao estatuto de grande potência e tem capacidade para o ser..., e nas repúblicas, que faziam parte da então URSS; e outra, nos países do Leste europeu que fizeram parte do Pacto de Varsóvia. A Rússia mantém as suas ex-repúblicas debaixo de controlo económico/financeiro e tentará, sempre que possa, o controlo político. Os conflitos na Chechénia e na Geórgia são bons exemplos disso mesmo. Parece existir um acordo do Ocidente e sobretudo dos EUA, para aceitarem este tipo de influência.

As preocupações russas com a sua segurança e as indicações contidas no testamento político do Czar Pedro I, o Grande, continuam a sobrepor-se a tudo o resto... As preocupações com a Europa de Leste vêm a seguir. E aí chocam-se o medo russo de terem inimigos às suas portas, com o desejo existente nestes países de se juntarem à OTAN e à CE entretanto rebatizada de União Europeia (UE). Pelo meio fica a luta pelo controlo político desses países e as recentes vitórias eleitorais de partidos próximos ou sucessores dos antigos partidos comunistas, são dados significativos; e o comportamento ocidental que balanceia entre o não assustar os inquilinos do Kremlin e não frustrar as aspirações e promessas feitas aos europeus do leste. Arranjar mecanismos que permitam o alargamento das organizações já existentes, é outra dor de cabeça.

A zona mais complicada a Leste é, sem dúvida, os Balcãs, onde se chocam desde há séculos os interesses de eslavos ortodoxos, cristãos de origem ariana, muçulmanos turcos, gregos, albaneses e mais uma boa meia dúzia de povos credos e aspirações para já não falar nos que, movidos pelos seus interesses, sempre se aliaram a uns contra outros. São exemplo disso, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano, os russos, os ingleses, os franceses, os italianos, os alemães etc. Por isso qualquer conflito naquela região nunca se sabe onde pode desembocar!

Mais a sul vamos encontrar a zona de conflito quase permanente do Médio Oriente que, por se tratar de uma área de interesse estratégico principal para os EUA, torna muito difícil aos países europeus terem nela alguma intervenção efectiva. Encontramos aqui um equilíbrio ténue que alterna com crises e guerras mais ou menos alargadas e um terrorismo latente ou activo. São ódios velhos e inúmeras animosidades entre muitos fundamentalismos e, ainda, a difícil repartição da água, recurso que pode tornar-se, no futuro, mais incendiário que o petróleo. Convém, ainda, não esquecer que o antagonismo entre gregos e turcos se mantém e que o problema do Chipre não está resolvido.

Na outra margem do Mediterrâneo, extensa área que podemos considerar a verdadeira fronteira sul da Europa, encontramos os cinco países do Magrebe (Marrocos, Mauritânia, Argélia, Líbia e Tunísia) e ainda o Egipto. Todavia, esta zona é caracterizada por grande conflitualidade, subdesenvolvimento

e instabilidade política e social. Existe grande disparidade cultural e de nível de vida em relação aos europeus e grande desconfiança em relação a estes. O único traço de união que existe entre estes países é a religião, mas tal tem estado longe de ser suficiente para qualquer base de acção comum. Algumas ameaças e, sobretudo, riscos existem para a Europa, nomeadamente para os países do sul do continente, sendo os principais a eventual proliferação de armas de destruição maciça, o terrorismo, o fundamentalismo religioso, o caos social e político que anarquize os mercados e obrigue a operações de evacuação de nacionais; as reivindicações territoriais, a emigração descontrolada, o narcotráfico, etc. Deve acrescentar-se ainda, que toda esta faixa de povos e países muçulmanos se estende num extenso arco, que chega até às Filipinas, gerando diversas situações de causa/efeito por esse mundo fora, que não deixam de se reflectir nos interesses dos países europeus.

Uma palavra para África. Verdadeiramente o cerco da Europa passa por África. Assim o afirmou explicitamente Lenine, e durante muitos anos uma estratégia directa, e sobretudo indirecta, foi desenvolvida pela URSS neste sentido. O resultado foi a onda de descolonizações e independências que teve na Conferência de Bandung, em 1955, um forte impulso. Portugal aguentou estóica e vitoriosamente, durante 13 anos, uma guerra à escala mundial, contra si e a sua presença fora da Europa. Temos disto o melhor dos conhecimentos, mas, infelizmente, nem sequer tiramos as melhores ilações. A África é, por assim dizer, um continente, geopoliticamente, complementar da Europa. Não existe, hoje em dia, nenhuma doutrina vigente que se possa dizer que seja política ou militarmente agressiva em relação à Europa, mas de que servirá a esta ter às suas portas uma mancha de desolação e miséria?

A criação de regiões, de que tanto se fala levemente, vai entrar em certa “concorrência” com o estado-nação, o que terá consequências imprevisíveis; o aumento do crime organizado, o terrorismo e a vulgarização da corrupção e da violência podem debilitar o Estado a ponto das pessoas deixarem de acreditar nele e o acharem supérfluo e substituível. Por fim a divisão e a desmoralização. A sociedade está atomizada e o ser individual aspira e sente direito a não ter barreiras nem entraves - ensinou-se e estimulou-se isso, mas esqueceu-se a necessidade de entrosar tais desideratos com as obrigações gregárias, a que não se pode fugir.

Como é que a Europa pode acreditar nela se os europeus o não reivindicam como tal? É esse talvez o maior desafio do futuro.

[1] O texto agora publicado constitui a 1ª parte de um ensaio com o mesmo título. As outras duas partes (Como romper o cerco e o caso nacional) serão publicadas brevemente. Eventuais interessados na versão do texto por inteiro, o que incluiu também as notas de rodapé da versão original, podem solicitá-lo de acordo com as indicações constantes na Secção Contactos deste *site*.

68 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/07/27

O TERRORISMO JIHADISTA NA EUROPA: ALGUMAS TENDÊNCIAS SOBRE RADICALIZAÇÃO E RECRUTAMENTO[1]

Francisco Jorge Gonçalves[2]

2012/05/05

A CIMEIRA DE CHICAGO E O RELACIONAMENTO TRANSATLÂNTICO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/01/17

A NOVA ESTRATÉGIA DE DEFESA DOS EUA E A EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/10/14

A NATO E A PCSD DA UE, NO PÓS LÍBIA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/03/20

O DESTINO DE KHADAFI E A SEGURANÇA EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/01/28

EUROPEAN AERONAUTICS: MAIN POLICY AND OBJECTIVES [1]

Daniela Siqueira Gomes

2010/12/19

A UE E O FUTURO DA COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE

Alexandre Reis Rodrigues

2010/10/18

RÚSSIA, PARCEIRO INDISPENSÁVEL?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/10/09

A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA EUROPA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2010/07/09

A INTERVENÇÃO MILITAR DA OTAN NA JUGOSLÁVIA[1]

Carlos Ruiz Ferreira[2] (Brasil)

2010/03/15

AS RELAÇÕES NATO/UE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/12/20

A PROPOSTA RUSSA PARA UMA NOVA ARQUITECTURA DE SEGURANÇA EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/05/20

A GEOPOLÍTICA: CIÊNCIA DO CONFLITO NO ESPAÇO DO PODER

António Paulo Duarte[1]

2009/05/03

GEOPOLÍTICA DA GUERRA

Manuel Saraiva

2009/04/07

A SOLUÇÃO POLÍTICA PARA O AFGANISTÃO E A UE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/04/02

A REFORMA DA SEGURANÇA E DA DEFESA NA GUINÉ-BISSAU – O APOIO DA UNIÃO EUROPEIA

Luís Marquês Saraiva[1]

2009/03/31

REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA – UM PERFIL MILITAR PÓS-MODERNO[1]

Luís Marquês Saraiva[2]

2009/03/25

A CIMEIRA DOS 60 ANOS DA NATO E A UNIÃO EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/07

ESDP IN STRATEGIC NEIGHBOURHOODS: PROMISES OF STABILITY THROUGH INTERNATIONAL MILITARY COOPERATION

Sandra Fernandes e Luís Saraiva

2008/07/28

O KOSOVO E A PRISÃO DE RADOVAN KARADZIC

Alexandre Reis Rodrigues

2008/07/20

O IMPASSE IRANIANO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/07/17

SEGURANÇA E DEFESA NA ÁREA MEDITERRÂNEA[1](II PARTE)

Victor Mota[2]

2008/07/16

SEGURANÇA E DEFESA NA ÁREA MEDITERRÂNEA[1](I PARTE)

Victor Mota[2]

2008/07/15

ESCUDO ANTIMÍSIL: A GUERRA DO ESPAÇO ESTÁ SE TRANSFORMANDO NA GUERRA DOS OLEODUTOS

Rodrigo Cintra[1] (Brasil)

2008/06/01

A PASSAGEM ÁRTICA DO NOROESTE[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/05/14

A “NOVA” RÚSSIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/14

A IMAGEM DUALISTA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)

2008/04/09

A CIMEIRA DE BUCARESTE E O “ALARGAMENTO” DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/30

A INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO

João Brandão Ferreira

2008/03/25

O QUE SERÁ A RÚSSIA DE MEDVEDEV?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/21

O DISCURSO DE ANGELA MERKEL: A VERGONHA INESQUECÍVEL

Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)

2008/03/18

RETERRITORIZAÇÃO UTILIZANDO OS BIOMAS COMO UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Fernando Baggio di Sopra[1] (Brasil)

2008/03/16

EUROPA SOB UMA TRIPLA AMEAÇA DA AL-QAEDA

José Vale Faria [1]

2008/02/20

VISÕES SOBRE A POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA EUROPEIA

Vários

2008/02/19

A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DO TERRORISMO[1]

Tiago Alexandre Maurício

2008/02/12

A INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO: UMA PERDA ESTRATÉGICA PARA A EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/01

QUE ESPERAR DA CIMEIRA DE BUCARESTE?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/01/02

AS IMPLICAÇÕES DO SISTEMA NORTE-AMERICANO DE DEFESA ANTIMÍSIL PARA A EUROPA

Joana Gonçalves, Milena Batista, Sofia Alves e Tiago Maurício

2007/11/30

KOSOVO: A ATRACÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/30

A GEOPOLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE[1]

Irene Maria Nunes[2]

2007/09/17

UCRÂNIA. ELEIÇÕES DENTRO DE DUAS SEMANAS

Alexandre Reis Rodrigues

2007/07/26

DE UMA FORMA OU DE OUTRA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/07/04

FASCISMO E NAZISMO

Pedro Conceição Carvalho

2007/07/02

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DA LITUÂNIA

Daniela Siqueira Gomes[j]

2007/06/25

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA. RESPONSABILIDADE DA NATO? (II PARTE)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/05

O SUCESSOR DE PUTIN

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/25

A HERANÇA ALEMÃ PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/19

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA: RESPONSABILIDADE DA NATO?[1]

Alexandre reis Rodrigues

2007/04/19

THE TALIBAN THREAT IS NOT JUST AMERICA"S BURDEN[1]

Robert Hunter[2]

2007/04/15

SEGURANÇA E DEFESA: UM ÚNICO DOMÍNIO?

Francisco Manuel Gomes[1]

2007/04/01

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA. UM PROBLEMA PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/03/24

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (3ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/03/23

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (2ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/03/22

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (1ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/02/20

UMA PARCERIA COM A RÚSSIA. É POSSÍVEL PARA O CURTO PRAZO?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/01/21

OS RECURSOS ENERGÉTICOS DO CAZAQUISTÃO E OS SEUS EFEITOS NO REALINHAMENTO ESTRATÉGICO: UM NOVO GRANDE JOGO?

Hugo Palma[1]

2007/01/20

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (III PARTE)

João Brandão Ferreira

2007/01/19

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOEPOLÍTICAS (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/04/27

A SEGURANÇA ENERGÉTICA

Alexandre Reis Rodrigues

2006/04/06

A SEXTA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

João Brandão Ferreira

2005/07/17

A PRESIDÊNCIA BRITÂNICA DA UNIÃO EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/10/29

A AGÊNCIA EUROPEIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA E A AUTORIDADE DO ESTADO NO MAR [1]

Francisco Duarte Lima

2004/10/12

UMA NOVA DOCTRINA DE SEGURANÇA PARA A EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/05/14

A DEFESA EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/03/21

A TURQUIA E A UNIÃO EUROPEIA

João Vieira Borges

2004/02/23

SEGURANÇA E DEFESA NA UNIÃO EUROPEIA; DO DESCONHECIMENTO À PROSPECTIVA

João Vieira Borges

2004/02/19

A UE E A RÚSSIA

António Silva Ribeiro

2003/09/30

PORTUGAL E A ZEE DA UNIÃO EUROPEIA

João Vieira Borges